

**“É COMO PERDER UMA BIBLIOTECA QUE ENSINAVA A TODOS”:
BIOPODER, BIO(NECRO)POLÍTICA E POPULAÇÃO INDÍGENA NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA EM DISCURSOS SOBRE A PANDEMIA DA
COVID-19**

**“IT'S LIKE LOSING A LIBRARY THAT TAUGHT EVERYONE”:
BIOPOWER, BIO (NECRO) POLICY AND INDIGENOUS
POPULATION IN THE BRAZILIAN AMAZON IN DISCOURSES
ABOUT THE COVID-19 PANDEMIC**

Israel Fonseca Araújo¹
Francisco Vieira da Silva²

RESUMO

Este trabalho focaliza a pandemia de Covid-19, quando discursivizada pela mídia virtual, no que concerne às estratégias (bio)políticas e/ou necropolíticas emanadas da governança nacional em relação aos povos originários (indígenas) amazônicos, assim como a ribeirinhos e demais populações inseridas nesses territórios. A partir do esforço em articular as perspectivas teóricas de Michel Foucault (2005; 2009; 2012) acerca do biopoder, da biopolítica e da governamentalidade, e a necropolítica com as teorizações de Achille Mbembe (2016), analisamos um conjunto de seis publicações da mídia virtual, com vistas a perscrutar o modo de funcionamento de estratégias políticas de governo da população que dão a conhecer as relações de poder-saber direcionadas a esses sujeitos da Amazônia brasileira. Sobre a metodologia, convém frisar que se trata de um estudo descritivo-interpretativo, de abordagem qualitativa. Pontuam-se que as táticas biopolíticas empreendidas em mira dos povos indígenas se efetivam enquanto uma questão de “racismo de Estado”, de assunção da vida pelo poder estatal, dispositivo que se assemelha a uma tática de guerra.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Povos indígenas. Biopolítica. Necropolítica.

ABSTRACT

This work focuses on the Covid-19 pandemic, when discursivized by the virtual media, with regard to the (bio) political and / or necropolitical strategies emanating from national governance in relation to the indigenous (indigenous) Amazonian peoples, as well as the riverside and other populations inserted in these territories. Based on the effort to articulate the theoretical perspectives of Michel Foucault (2005; 2009; 2012) about biopower, biopolitics and governmentality, and the necropolitics with the theorizations of Achille Mbembe (2016), we analyzed a set of six virtual media publications, aiming at investigating the way in which political strategies of governance of the population function – this population reveal the relations of power-knowledge directed to these subjects in the Brazilian Amazon. Regarding the methodology, it should be noted that this is a descriptive-interpretative study, with a qualitative approach. It is pointed out that the biopolitical tactics undertaken in the eyes of the indigenous peoples are carried out as a matter of “state racism”, of the assumption of life by the state power, a device that resembles a war tactic.

KEYWORDS: Discourse. Indian people. Biopolitics. Necropolitics.

¹ Mestre. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). poemeiro@hotmail.com

² Doutor. Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)/Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). francisco.vieiras@ufersa.edu.br.

INTRODUÇÃO

O final de 2019 foi marcado pela descoberta de um vírus que causaria impacto planetário: a partir da China, surgem relatos sobre a existência do *Sars-Cov-2*, chamado de *novo coronavírus*, agente causador da doença Covid-19. Desde então, o mundo passa a ser impactado, política, econômica, cultural e administrativamente, bem como movido com base na criação – ou não – de estratégias de enfrentamento a esse flagelo sanitário e social. Diversos esforços de gestão (recursos financeiros, legislações nacionais etc.) e de governamento populacional (medidas administrativas de limitação de circulação maciça de pessoas, fechamento de comércio não essencial etc.) são mobilizados, assim como cientistas e demais profissionais do meio acadêmico e dos centros de pesquisa se voltam para esse centro de investigação, com vistas a buscar resultados para frear, inibir e/ou anular as ações maléficas do novo vírus, por meio da criação de vacinas, por exemplo. Em fevereiro de 2020, o Brasil registra o primeiro caso de contágio pelo *novo coronavírus*: um homem de 61 anos, de São Paulo, que tinha voltado da Itália, à época³. Já o primeiro óbito ocorreu em 12 de março, sendo uma mulher – também de São Paulo (segundo o Ministério da Saúde⁴) e, quando do fechamento deste texto⁵, o Brasil chegava ao triste número de 17.301.220 (dezessete milhões, trezentos e um mil, duzentos e vinte) casos registrados e 484.350 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta) óbitos contabilizados, oficialmente (G1, 2021). A título de acréscimo, sabemos que especialistas da Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgaram à imprensa, em fevereiro de 2021, que não é possível garantir que o *Sars-Cov-2* tenha, de fato, se espalhado a partir de Wuhan (China) – “se foi ali que ocorreu o salto para o ser humano ou em outro lugar”, segundo os especialistas da equipe internacional da OMS que foram investigar o fato em Wuhan (LIY, 2021, s/p). No Brasil, país que carece de adequadas estruturas públicas de atendimento à saúde – até em metrópoles, as populações indígenas dos interiores amazônicos (aldeias, povoados distantes dos grandes centros urbanos, povos isolados) possivelmente são das mais impactadas por esse flagelo.

Em sua publicação, Peres, Moura e Aguiar (s/d, p. 5) são incisivos ao falarem da necessidade e das peculiaridades em que se inserem os sujeitos indígenas, no que tange à questão de atendimento à saúde pública: “[...] entende-se que a atenção à saúde indígena precisa ser diferenciada, no parâmetro de equidade do SUS, para que essa população possua o mesmo nível de atendimento que a população não indígena”. Os autores tratam dessa complexidade, mostrando a relação SUS (Sistema Único de Saúde) com necessidades da população indígena e deixam subentendida a incapacidade do sistema de atender, dignamente, essa população:

Conforme aumenta a complexidade do quadro clínico do indígena, ele acaba sendo encaminhado para outros serviços de saúde referenciado pelo SUS. Em relação a estes casos, o indígena é observado pelas chamadas Casas de Apoio à Saúde do Índio (CASAI) e elas precisam ser capazes de receber, alojar e alimentar os pacientes e seus acompanhantes. O problema é quando isso não acontece, ferindo os direitos e a dignidade desses indivíduos (PERES, MOURA AGUIAR s/d, p. 5, grifos nossos).

³ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/26/primeiro-caso-confirmado-de-covid-19-no-brasil-ocorreu-em-sp-e-completa-seis-meses-nesta-quarta.ghtml> (Acesso em 20.03.2021).

⁴ Fonte: G1. *Bem-Estar. Primeira morte por coronavírus no Brasil aconteceu em 12 de março, diz Ministério da Saúde*. Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/27/primeira-morte-por-coronavirus-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco-diz-ministerio-da-saude.ghtml> (Acesso em 21.03.2021).

⁵ Segundo o G1 (2021), *Bem Estar*: “Brasil registra 2.215 mortes por Covid em 24 horas; média móvel volta a ficar acima de 1,9 mil após 18 dias”, enquanto que, em termos de vacinação: “mais de 23,6 milhões de pessoas já tomaram duas doses de vacinas contra a Covid, número que representa 11,16% da população do país. É o que apontam os dados do consórcio de veículos de imprensa, divulgado [sic] às 20h desta sexta-feira (11). São 23.630.516 que tomaram a segunda dose”.

A situação de gravidade em termos de atendimento à saúde indígena leva os sujeitos a efetivar táticas de resistência diante das esferas pública e de governo. Conhecedores de suas realidades e das estruturas governamentais de atendimento, indígenas gritam ao mundo sobre o caos sanitário em que se encontram. Vem nessa direção o enunciado que se materializa na publicação “Os indígenas da Amazônia lançam um SOS para pedir proteção ante a pandemia. As primeiras mortes e o avanço dos contágios ativam os alarmes na região da fronteira tripartite” (GORTÁZAR, TORRADO E FOWK, 2020, s/p). A grave realidade sanitária na Amazônia não é exclusividade brasileira. Na mesma matéria, os autores apresentam um cenário nada animador, desde o começo da pandemia no Brasil:

Um território vasto e de selva, com uma população vulnerável, espalhada e majoritariamente indígena, redes hospitalares deficientes e sob a jurisdição de vários países. O coronavírus, que ataca com ferocidade o sistema respiratório, também põe em perigo os habitantes do chamado pulmão do mundo. A Amazônia [...] acendeu os alertas das autoridades do Brasil, Colômbia e Peru ante o avanço da pandemia. A covid-19 representa uma ameaça ainda mais grave para as comunidades indígenas, historicamente dizimadas por epidemias levadas a elas pelo homem branco (GORTÁZAR, TORRADO E FOWK, 2020, s/p).

Dada a relevância desse acontecimento discursivo, nesta pesquisa nos ocupamos de analisar um conjunto de enunciados extraídos de seis materialidades discursivas que circularam nas mídias digitais, com vistas a perscrutar o modo de funcionamento de estratégias políticas de governo da população que dão a conhecer as relações de poder-saber direcionadas a esses sujeitos da Amazônia brasileira.

Ancorados em uma perspectiva foucaultiana de analisar os discursos, perguntamo-nos: como funcionam o biopoder e a biopolítica nestes tempos de pandemia de Covid-19, no que tange às tomadas de decisão do governo central brasileiro, de suas táticas políticas ligadas à saúde das populações ditas indígenas que vivem na Amazônia brasileira? Como, a esses processos, poderiam se ligar táticas de necropolítica no que tange à saúde da população indígena? A partir destas indagações mais nucleares, analisamos a relação entre políticas de saúde e vida, direito de viver e possibilidade de “deixar morrer”, entre povos indígenas e a gestão estatal da saúde (logo, gestão das vidas) dessas populações tradicionais. Nas reflexões aqui propostas, problematizamos – mais do que tentamos encontrar respostas exatas – a temática apontada, haja vista a fluidez desse objeto selecionado para a pesquisa: discursos sobre gestão da saúde de populações indígenas e pandemia de Covid-19.

Na articulação entre sentidos, língua, história e sociedade, lidamos com os dispositivos linguísticos/discursivos que permitem uma movimentação do pesquisador que se assume um linguista e analista do discurso, mas que, sabe: em certas investidas, é preciso ser linguista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo (COURTINE, 1999), tamanhas são as articulações entre os lugares da língua, do sujeito (jornalista, p. ex.) e da história. Nesse sentido, são traçadas nuances de compreensão acerca da temática recortada para esta tessitura textual, as quais têm apoio teórico/conceitual nas ferramentas de análise propostas por Foucault (governamentalidade, biopoder e biopolítica) e de Mbembe (necropolítica), com base na leitura discursiva de publicações disponíveis nos meios virtuais e que tratem da relação gestão da saúde de populações indígenas e a pandemia de Covid-19, conforme pontuado acima.

Acreditamos que esta relação está perpassada por táticas de gerenciamento do viver no que tange às populações indígenas, aos povos amazônicos, por parte do Estado-Nação brasileiro, isto é, que são táticas atravessadas por estratégias biopolíticas e que se operacionaliza em termos de um dispositivo de controle social em tempos pandêmicos.

No que tange ao *corpus* de análise, selecionamos os seguintes textos, visando dar conta dos propósitos desta pesquisa: (i) “Médica indígena teme 'extermínio' em aldeias por conta do

coronavírus” (G1 Santos); (ii) “Aumenta o número de casos de covid-19 entre povos indígenas na Amazônia, aponta Coiab; em Manaus, mortes são diárias” (CIMI); (iii) “Covid já matou 218 indígenas na Amazônia, sendo 54 idosos” (Época, Grupo Globo); (iv) “*Estamos em luto, mas seguiremos na luta*”, afirma associação Munduruku após morte de lideranças por covid-19 (CIMI); (v) “Por que indígenas acusam o governo de subnotificar a covid-19” (Nexo Jornal) e (vi) “Brasil ultrapassa a marca de mil indígenas mortos em decorrência da Covid-19” (Brasil de Fato, São Paulo).

Na seção seguinte, fazemos uma breve incursão pelo arcabouço teórico selecionado, para melhor fundamentar nossas análises e compreender os funcionamentos biopolíticos e/ou necropolíticos. Em seguida, tem-se as análises das materialidades selecionadas⁶, articuladas à teorização adotada. Por fim, trazemos as (provisórias) considerações finais e listamos as referências consultadas.

1 Aportes teóricos: mobilizando ferramentas conceituais

Antes de acessar o tecido enunciativo das publicações selecionadas, importa discutir acerca dos conceitos de discurso e enunciado, na perspectiva foucaultiana, aqui adotada. Para compreender o filósofo francês Michel Foucault, recorremos a Silva (2018), estudioso que trata de nos apresentar Foucault, nos seguintes termos:

Ao se autoproclamar como um diagnosticador do presente, o filósofo francês oportuniza um arsenal teórico-metodológico para pensarmos as práticas discursivas cotidianas e a constituição do sujeito por meio das estratégias de saber-poder específicas do momento atual (SILVA, 2018, p. 239).

O teórico francês, bem sabemos, não se intitula um analista do discurso, não se colocava, nem aceitava ser colocado sob rótulos, ser esquadrinhado. Porém, nos arriscamos a afirmar que é um dos grandes teóricos a se dedicar ao entendimento do funcionamento de discursos (como os da psicopatologia, da psiquiatria e da medicina) e a explicar suas dimensões e intercâmbios filosóficos, linguísticos, históricos etc. Entender os discursos cotidianos e a “constituição do sujeito”, perscrutando estratégias de saber-poder “específicas do momento atual”, estão entre muitas de suas preocupações. Estando em uma perspectiva foucaultiana arqueológica, entendemos o discurso enquanto uma prática. Sobre isso, Foucault (2012, p. 60, grifos nossos) nos ensina que devemos tratar não como meros “*signos*”: “como *práticas* que formam sistematicamente os objetos de que falam”; e é sobre esse “mais”, sobre esse alargamento de compreensão que, com Foucault, aceitamos que os discursos não se reduzem “à língua e ao ato de fala”. Em nossas tarefas de analistas do discurso, é esse “mais” “que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”, haja vista que o saber se efetiva em práticas e que estas pressupõem relações de poder (atravessadas por redes de saber e de resistência). Em sentido lato, temos a articulação da arqueologia (sobre os saberes) com a genealogia (tendo em vista redes de poder de que falam tais discursos), formando, assim, uma arqueogenealogia, um modo de entender a articulação tenaz entre a formação do saber e o funcionamento do poder.

Assim, inscrevemos esta pesquisa nos meandros da Análise do Discurso de linha francesa, à esteira de Foucault e outros autores. Nessa direção, Gregolin (2007) nos ajuda a situarmos nosso lugar de ancoragem entre os portos (de passagens, fronteiros) da AD e sua confluência com o fazer midiático. Assim, é de grande importância a proposição da pesquisadora

⁶ Neste caso, pedimos vênias em razão de ser impossível deixar de se posicionar, enquanto pesquisador inscrito no coração da Amazônia, diante de certas realidades mostradas nas publicações selecionadas. Mas, quem disse que um pesquisador(a) não tem alma ou sensibilidade?

foucaultiana, que define a AD como um campo de estudo capaz de fornecer ferramentas conceituais para que se possa analisar “acontecimentos discursivos” – caso da problemática que perseguimos neste texto, sobre a relação gestão da saúde, povos indígenas e Covid-19, já que essa corrente teórica vem a ser uma disciplina “que *toma como objeto* de estudos a *produção de efeitos de sentido*, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e que estão inseridos na história” (GREGOLIN, 2007, p. 13, grifos nossos).

Almejando examinar táticas biopolíticas enunciadas pela mídia virtual, recorreremos a enunciados linguísticos-discursivos (ou verbo-visuais), recortados na *internet*, destacados de matérias de imprensa e que focalizam nosso tema/objeto. Dessa forma, o conceito de enunciado é importante para a compreensão do terreno epistemológico no qual pisamos e de onde adotamos ferramentas conceituais.

Operando por negativas, Foucault (2012) afirma que o enunciado “[...] não é um sintagma, nem regra de construção, nem forma canônica de sucessão e de permutação”; o autor citado faz uma distinção entre um enunciado e “uma série qualquer de elementos linguísticos, porque mantém com um sujeito uma relação determinada”, e, ainda, afirma que o “autor” de uma frase “não é idêntico ao sujeito [gramatical] do enunciado” (FOUCAULT, 2012, p. 106; p. 111) – ao que atribuímos ao seguinte fato: o que mais importa é a função a ser exercida e a relação mantida com o sujeito.

Distanciando-o da ideia gramatical de mero signo linguístico e entendendo o mesmo numa rede que articula a raridade (ele sempre é único) e a repetição (se inscreve em uma rede de outros ditos, já-ditos, numa teia de interdiscursos e de memórias discursivas), seguimos a perspectiva foucaultiana de enunciado, a qual, segundo Gregolin (2006, p. 90), assim pode ser entendida: “sendo o enunciado dialeticamente constituído pela singularidade e pela repetição, a sua análise deve, necessariamente, levar em conta a dispersão e a regularidade dos sentidos que se produzem pelo fato de terem sido realizados”. Dessa forma, Foucault (2012) trata o enunciado sob a perspectiva de uma função que cruza diferentes domínios, a qual pode ser preenchida por diversas posições de sujeito, como, no caso deste trabalho, jornalistas, indígenas, autoridades da saúde, dentre outras.

Em decorrência dessa compreensão e ao buscar entender a relação entre a gestão da saúde de populações indígenas e a pandemia de Covid-19 pelo viés discursivo, lançamos mão de formulações teóricas de dois estudiosos contemporâneos dos fenômenos sociais: Foucault, tendo por base biopoder, governamentalidade e biopolítica, e Mbembe, por meio de sua formulação a respeito da necropolítica.

Ao apresentar sua *Aula de 17 de março de 1976*, no curso Em defesa da Sociedade, Foucault (2005) fala, revisitando a concepção clássica sobre o tema, de um poder soberano exercido sobre a vida. Em última análise, seria este um poder sobre a vida e a morte, exercido a tal ponto que a vida ou a morte dos súditos só existe enquanto direito pela vontade de um soberano. Nessa mesma *Aula*, o autor afirma que “[...] durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita” (FOUCAULT, 2005, p. 228). Trata-se de um deslocamento dessa tecnologia de poder sobre a vida, na medida em que “se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, [ela se dirige] ao homem-espécie” (FOUCAULT, 2005, p. 289).

Trata-se, agora, não de uma tomada de poder sobre o indivíduo, mas de uma atuação massificante (FOUCAULT, 2005 p. 289-290) sobre a espécie humana. Segundo o autor, estamos diante de uma biopolítica, de um biopoder: “trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc.”, de estímulo e de controle desses processos de gerenciamento do viver.

São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas

econômicos e políticos [...], constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (FOUCAULT, 2005, p. 289-290).

Saímos do âmbito do corpo individual – ou das tentativas de dominar a vida individual do homem que tinha o seu viver ou seu morrer nas mãos do clássico soberano – para chegarmos, por meio de uma outra tecnologia, ao corpo-todo, ao tecido social como o vemos controlado mais hodiernamente: “não é tampouco com o indivíduo-corpo. É um novo corpo: corpo múltiplo [...]. É a noção de ‘população’. A biopolítica lida com a população” (FOUCAULT, 2005, p. 292). Nessa relação biopolítica, ao pensarmos a gestão e/ou omissão de recursos e meios de médicos (dispositivos de poder-saber) direcionados aos povos indígenas amazônicos, somos direcionados a compreender que se trata de estratégias de governamentalidade e de gestão dessa população; por essa compreensão conjuntural é que somos conduzidos, segundo as materialidades podem mostrar, a ver o “deixar morrer” ser efetivado – em não poucos casos.

Em seu *Curso do Collège de France, 1 de fevereiro de 1978*, Foucault (s/d, p. 172) ensina que “a governamentalidade nasceu a partir de um modelo arcaico, o da pastoral cristã [...] e só pôde adquirir suas dimensões atuais graças a uma série de instrumentos particulares, cuja formação é contemporânea da arte de governo e que se chama, no velho sentido da palavra, o dos séculos XVII e XVIII, a polícia” (FOUCAULT, s/d, p. 172). Explicando essa teorização sobre as táticas de governo, de policiamento da população – a governamentalidade, Dias (s/d, p. 329) explica que “Foucault termina o texto [...] com a afirmação de que: a ‘pastoral, novas técnicas diplomático-militares e finalmente a polícia’ (p. 293) foram os três pilares sobre o qual se fundou a governamentalização do Estado”.

Por seu turno e de modo relacionado à ferramenta foucaultiana da biopolítica, podemos entender a necropolítica, a partir de Achille Mbembe (2016, p. 123)⁷, enquanto “a expressão máxima da soberania [que] reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. O autor trata, de modo mais específico, da questão da soberania, do poder de decidir sobre os sujeitos que *podem*, sobre os que *devem* viver/morrer. No ensaio desse teórico, visualizamos uma teorização sobre a política da morte. O autor discorre acerca de atuações estatais, as quais, não raro, se voltam a produzir mortes, ao que tudo indica, perpassadas por concepções racistas e por posturas colonizadoras – como no caso da postura, das táticas, do governo central brasileiro voltadas às populações tradicionais/indígenas, supomos. Vemos o teórico apresentar a formulação do necropoder, enquanto “o funcionamento da formação específica do terror” (MBEMBE, 2016, p. 136).

Mais do que uma tecnologia de poder sobre a vida do homem-espécie, da população, conforme postulação foucaultiana, Mbembe (2016) é taxativo ao enunciar o subjugar a vida ao poder da morte, aqui citado:

Neste ensaio, argumentei que as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. Demonstrei que a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte (MBEMBE, 2016, p. 146).

Subjugar a vida ao poder da morte, aproximar-se (ou fazer acontecer) o terror entre as populações indígenas. Assim, podemos pensar com o conceito governamentalidade, que pode nos ajudar a aceitar que os governos podem, por ação ou omissão, imprimir, materializar o terror no seio de determinados extratos populacionais – e não somente em tempos declarados de guerra, de confrontos bélicos: o terror pode ser “a governamentalidade em seu estado nu”

⁷ Em tom de marcação de posição conceitual, de firmar seu tecido teórico, o autor ressalta, na p. 147 deste ensaio que estamos citando: “Minha abordagem é baseada na crítica de Michel Foucault sobre a noção de soberania e sua relação com a guerra e biopoder”.

(FOUCAULT, 2009, p. 26), pode ser a governamentalidade em direção aos indígenas amazônicos. Trata-se da dimensão do biopoder, espécie de poder soberano sobre a vida; são, por assim dizer, táticas biopolíticas direcionadas aos povos indígenas. Sobre o biopoder (formulação foucaultiana), Mbembe (2016), em tom crítico, a ele se refere como sendo um domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle. A partir dessa crítica, ele apresenta a sua formulação da necropolítica, conforme destacamos anteriormente.

Diante do exposto, a seguir analisamos as publicações midiáticas selecionadas e que tratam da questão das populações originárias (as ditas indígenas) no que concerne às estratégias de governamentalidade, gerenciamento da saúde (e, por extensão, da vida) dessas populações, em tempos de pandemia de Covid-19.

2 “É como perder uma biblioteca...”⁸: os povos indígenas como alvo da necrobiopolítica

Pensando a realidade dos povos originários, os chamados povos indígenas que vivem na Amazônia brasileira, somos levados a considerar com especial atenção as formas de compreensão dessa problemática, tais como as de Abreu (2014, p. 02), para quem: “a vida entrou na história. A vida entrou na política. A vida entrou nos cálculos do poder. A vida se tornou uma estratégia de poder”, dada as diversas formas de controles biopolíticos evidenciadas pela governança brasileira na área da saúde, o que em muito se agrava nestes tempos pandêmicos. Segundo a mesma autora, “a gestão da vida humana se tornou fator decisório nos Estados desde a modernidade [...]” (ABREU, 2014, p. 2). No contexto biopolítico hodierno, a vida natural dos seres humanos se tornou um fator decisório nas intrincadas e complexas teias do poder soberano. Como sabemos, vem de Foucault (2005) essa formulação acerca de um controle – ou da efetivação de táticas de governamentalidade populacional – sobre o corpo-espécie, sobre as comunidades indígenas amazônicas, para os propósitos desta pesquisa.

Para perseguir os fins propostos neste trabalho, definimos um *corpus* de análise constituído por enunciados colhidos de seis publicações virtuais, as quais cumprissem os seguintes critérios: tratem da relação entre pandemia de Covid-19, gestão da saúde e povos indígenas; estejam disponíveis na internet (facilita-se, assim, o acesso e os reexames) e terem sido publicadas entre 2020 e 2021; fossem produções da mídia nacional ou de entidades que se posicionam em defesa da causa indígena (tais como CIMI e Apib) e que estivessem materializadas em gêneros do tipo: notícias, reportagens, matérias jornalísticas. Para entender como, nos meios midiáticos virtuais, são evidenciadas, linguística/discursivamente essas ações (ou omissões) da governança brasileira em relação aos indígenas amazônicos impactados pela Covid-19, passemos ao exame das publicações selecionadas.

A primeira publicação sob exame é do site *G1 Santos* e tem como título “Médica indígena teme 'extermínio' em aldeias por conta do coronavírus”⁹. Aparentemente muito forte no tom, o medo do “extermínio” de indígenas, a que alude a publicação – e já convocado no título, aspeado, para marcar distanciamento da posição do sujeito jornalista – vem a ser uma espécie de denúncia contida na publicação. Nesta, podemos ler que “para a profissional da saúde, o maior medo da comunidade indígena é que o vírus chegue nas aldeias, gerando um genocídio. Ela conta que eles temem pelos mais velhos, que são toda a base de conhecimento das aldeias” (GOMES, 2020, s/p). Tem destaque a posição-sujeito de autoridade científica, corporificada na remissão a “médica indígena Miriam Alessandra de Moraes Viegas, de 40 anos”, a qual tem sua fala transcrita na publicação do G1:

⁸ Fala do movimento Munduruku Iperegayu (CIMI, 2020, s/p).

⁹ Letícia Gomes, G1 Santos. 09/06/2020. Fonte: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2020/06/09/medica-indigena-teme-extermínio-em-aldeias-por-conta-do-coronavirus.ghtml> (acesso em 10.06.2020).

Sou indígena guarani, e ser uma médica indígena ajuda nos cuidados com eles. Na aldeia o isolamento não funciona como para os não indígenas. As pessoas não ficam cada uma em sua casa, separado. A 'casa' do indígena geralmente só tem um cômodo.

Além das dificuldades provocadas pela quase impossibilidade de isolamento social nas aldeias, presumimos que a atenção à saúde indígena possa não ser uma prioridade do Estado brasileiro. Mas, na *Carta Cidadã de 1988*, a Constituição Federal vigente, as garantias de atenção à saúde de todos os brasileiros estão asseguradas, o que inclui os povos indígenas, dentro de uma política de seguridade social¹⁰.

Podéríamos indagar se não se trata de uma prática racista, em curso, pela classe dirigente, especialmente o governo central (federal), o qual, tantas vezes, tem se posicionado contra interesses e garantias consagrados historicamente aos índios brasileiros. Dão testemunho dessas posições agressivas contra os indígenas, suas tradições e suas histórias os três seguintes excertos de publicações disponíveis na internet:

(01) O que Jair Bolsonaro, Presidente-eleito, disse sobre os povos indígenas do Brasil

Jair Bolsonaro já fez muitos comentários racistas e ofensivos sobre os povos indígenas do Brasil, durante um longo período de tempo

Jair Bolsonaro, um político nacionalista de extrema-direita, é Presidente do Brasil desde o 1º de Janeiro de 2019. Um ex-capitão do Exército, ele já fez muitos comentários racistas e ofensivos sobre os povos indígenas do Brasil, durante um longo período de tempo. Abaixo seguem alguns destes comentários:

Comentários racistas: “Com toda a certeza, o índio mudou, tá evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós.” **UOL Notícias, 23 Janeiro, 2020;**

“Os índios não falam nossa língua, não têm dinheiro, não têm cultura.” **Campo Grande News, 22 Abril 2015**

Sobre exterminar os “índios”: “Pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios” Correio Braziliense, 12 Abril 1998. (...) (SURVIVAL BRASIL, s/d, grifos na publicação)¹¹

(02) Bolsonaro: 100 dias de guerra contra os povos indígenas

O presidente inicia seu Governo atentando contra os direitos e as terras das comunidades

FIONA WATSON, 16.04.2019

Quando Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil, [...] os povos indígenas do país e seus aliados no mundo todo se prepararam para o pior. Bolsonaro prometeu que, sob a sua liderança, não haveria nem mais um centímetro de terra indígena demarcada. Anunciou sua intenção de integrar os povos indígenas à força [...], “Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios”, afirmou Bolsonaro, em pronunciamento na Câmara dos Deputados em 1998 (ELPAÍS, 2019, s/p)¹².

(03) 'CADA VEZ MAIS, O ÍNDIO É UM SER HUMANO IGUAL A NÓS', DIZ BOLSONARO EM TRANSMISSÃO NAS REDES SOCIAIS

Em vídeo, presidente falou sobre a criação do Conselho da Amazônia e as ações para proteger terras indígenas. Articulação dos Povos Indígenas disse que entrará na Justiça por crime de racismo

¹⁰ No Art. 194 da CF (BRASIL, 1988, grifamos), tem-se a seguinte determinação: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (EC no 20/98)”.

¹¹ Fonte: <https://www.survivalbrasil.org/artigos/3543-Bolsonaro> (s/d, acesso em: 30.03.2021).

¹² Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/11/politica/1554971346_439815.html (acesso em: 30.03.2021).

O presidente Jair Bolsonaro falou na noite desta quinta-feira (24 [de janeiro de 2020]) sobre a criação do Conselho da Amazônia e as ações previstas para a proteção de terras indígenas, e afirmou que "cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós" [...] Ele afirmou que pretende fazer com que os povos nativos da Amazônia sejam integrados à sociedade [...]. *"O índio mudou, tá evol... Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós. Então, vamos fazer com que o índio se integre à sociedade (...)"*, disse Bolsonaro. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) afirmou em uma rede social que entrará na Justiça contra Bolsonaro por crime de racismo (grifos na publicação) (G1.GLOBO, s/p, grifos na publicação)¹³.

Pensando com Abreu (2014, p. 5), aprendemos que “o racismo, portanto, não diz respeito apenas a preconceito racial, mas a toda e qualquer discriminação. A naturalização das desigualdades com a aceitação da pobreza e da miséria como algo normal, a exclusão de parte da população dos recursos ambientais mínimos como água potável são formas de racismo existentes no Brasil hoje” também podem entrar nessas táticas biopolíticas; a atenção à saúde básica e diferenciada aos povos indígenas, igualmente¹⁴.

Ficam indagações sobre se não é de modo intencional que são praticadas tantas omissões quanto à seguridade aos povos indígenas, Brasil afora e, na Amazônia, em especial. Para Abreu (2014, p. 03), “a biopolítica e o biopoder proporcionaram a inclusão da vida da espécie humana nos mecanismos de poder”, o que pressupõe, grosso modo, que mecanismos de biopoder adotados pela governança do Estado-Nação podem operar no sentido de deliberar a omissão, selecionando-se quais segmentos populacionais (são, também, populações) ficam menos protegidos ou até desprotegidos em termos das garantias determinadas constitucionalmente; são, assim, tecnologias de governamentalidade ligadas aos indígenas.

Para além desta compreensão em termos de biopoder e biopolítica, podemos pensar em termos de necropolítica, enquanto dispositivo que ajuda na compreensão dessa problemática saúde & vida x populações indígenas.

Em publicação, do dia 29/04/2020, Santana (2020)¹⁵ trata do aumento de casos de Covid-19 “entre povos indígenas na Amazônia”, enfatizando que, em Manaus, as mortes aconteciam diariamente. A publicação informa que

No final da tarde desta terça-feira, 28, o professor Aldenor Tikuna morreu em sua casa na comunidade Watchimaucu, localizada no bairro Cidade de Deus, em Manaus (AM). Conforme Marcivana Sateré Mawé, da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (Copime), o indígena estava com todos os sintomas da covid-19, mas não foi testado ou recebeu qualquer atendimento médico nos hospitais da capital. De acordo com levantamento realizado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) já são 16 mortes por covid-19 confirmadas até esta terça. *Destes óbitos, apenas cinco estão nos boletins da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai)*. Ocorre que o órgão do Ministério da Saúde só contabiliza casos entre indígenas considerados “aldeados”, aqueles que vivem em terras indígenas afastadas dos centros urbanos. Aldenor Tikuna, portanto, não entrará nas estatísticas da Sesai; assim como qualquer outro indígena que esteja em contexto urbano na cidade de Manaus e seu entorno [...] (SANTANA, 2020, s.p., grifos nossos).

¹³ Por G1, 24/01/2020. Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml> (acesso em: 30.03.2021).

¹⁴ Alvarenga e Júnior (2019) tratam de violações à vida dos indígenas durante a Ditadura Militar brasileira, em artigo intitulado “Da biopolítica à necropolítica contra os povos indígenas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)”. As posições assumidas pelos autores são dignas de uma atenta leitura.

¹⁵ CIMI – Conselho Indigenista Missionário (2020); cf. Referências.

Não sendo considerado pelo governo central como “aldeado”, pois está morando longe das aldeias, o sujeito indígena não entra nas estatísticas, isto é, nos grandes sistemas de registros de nascimentos, internações, ocupações de Unidades de Terapias Intensivas (UTIs e de óbitos – por exemplo. Uma tática definida, nos centros de poder de governo, para fazer parecer que o volume de demandas por saúde para populações indígenas é menor¹⁶, o que vem a ser uma estratégia biopolítica que tem ares de política de morte, de fazer/estimular produção de mortes entre esses povos, ou, noutros termos, uma necropolítica. Mesmo sendo 16 (dezesseis) os óbitos confirmados pela Coiab, apenas 5 (cinco) são reconhecidos pela instância de gestão de saúde encarregada da demanda com indígenas – a Sesai (o governo estava reconhecendo apenas um terço das mortes, nesse caso). Enquanto estratégia de governmentação, deixar de tratar os indígenas dos contextos urbanos funciona como uma estratégia *necro* de gestão das vidas, uma vez que retira desses povos o direito de serem atendidos, isso porque “longe das estatísticas, os indígenas que vivem na cidade enfrentam a pandemia sem o subsistema de saúde e submetidos à roleta russa dos efeitos do vírus em cada organismo” (SANTANA, 2020, s/p).

Discutindo em termos de biopoder, Foucault (2005, p. 285-286) trata dessa problemática e afirma que, no século 19, “um dos fenômenos fundamentais” poderia ser denominado de “a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico”. É, para ele, uma questão de “uma ‘biopolítica’ da espécie humana”, não mais do corpo – como era no caso da tecnologia de poder soberano. Em diálogo com o pensador francês, mas alargando a sua formulação de biopolítica, Mbembe (2016) cunha a teoria da necropolítica, para falar de uma política de morte, operações de uma tática de “fazer morrer”. Atentando para a gestão da saúde/vida dos povos originários/indígenas, em termos de governmentabilidade do Estado brasileiro, e com base no exame de publicações que tematizam a articulação povos indígenas & pandemia de Covid-19, observamos o funcionamento de uma necropolítica direcionada a essa população, conforme discutido a partir da publicação acima; vejamos outros exemplos.

Em sua publicação, Amado (2020) divulgou dados sobre mortes de indígenas na Amazônia, em decorrência da citada pandemia; na matéria, atravessada por saberes tidos como objetivos, ele enumera mortes de indígenas, nomeando-os, a saber.

Gumercindo da Silva Karitiana, de 66 anos, Feliciano Pimentel Lana, 83, Raimundo Cardoso, 84. Esses são alguns dos nomes de anciões indígenas vítimas da Covid-19, doença que já matou 54 idosos em 41 comunidades indígenas da Amazônia Legal. Já foram confirmados 2.600 casos e 218 mortes de indígenas nos nove estados da região. Os dados são da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), que divulgará ainda nesta terça-feira uma nota pública sobre o crescimento dos casos de coronavírus entre a população indígena [...].

A mesma Coiab, sujeito que se responsabilizaria pela enunciação acerca das mortes, é convocada para falar na publicação e enfatiza uma realidade que tem dois segmentos populacionais negativamente impactados pela Covid-19: de um lado, ao tratar de indígenas que vivem na Amazônia e, de outro, por se tratar de idosos indígenas. A política de morte parece estar (evidenciada) no centro da matéria-denúncia que mostra essa realidade de mais de 217 indígenas, sendo mais de 25% de idosos (AMADO, 2020).

Em outra publicação disponível nos meios virtuais (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-CIMI, 2020), é possível ver a problemática da gestão do viver, ou o emprego

¹⁶ Estatisticamente, também, há “ganhos” a um governo que despreze tais populações. Uma menor taxa de óbitos entre indígenas pode dar a impressão social, nacional e internacional, de que o problema da pandemia é menor e, com isso, obter menos pressão política. Assim, esses saberes da estatística se revestem de intenções biopolíticas, inscritas em bem traçadas redes de poder governmental.

das táticas de governo acerca da assistência à saúde/vida dos povos originários, relacionada ao povo Munduruku. Segundo a publicação,

O movimento Munduruku Iperegayu também se posicionou por meio de um manifesto público, nesta terça-feira. *“Essa mortandade no nosso povo não começa aqui, mas esse é um momento de luto para todos nós”*, afirma o movimento, que destaca que a morte de lideranças é uma perda irreparável. *“É como perder uma biblioteca que ensinava a todos. Segundo o Iperegayu, dos seis Munduruku internados em estado grave, cinco estão no hospital de Jacareacanga, que não possui Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) (CIMI, 2020, s/p, grifos nossos)”*¹⁷.

Ou seja, conforme a materialidade linguístico-discursiva permite entender, os Munduruku estão em locais de tratamento, em casas de saúde, à disposição da morte, na medida em que não terão aparelhos imprescindíveis à manutenção da vida. E esses aparelhos não existem, pode-se acreditar, por uma decisão política do governo central brasileiro – quando não estão em uns espaços de saúde, estão em outros. A materialidade, deve ser destacado, remete a uma memória de extermínios de povos indígenas brasileiros, o que é fartamente sabido da população (*“... não começa aqui?”*), e a uma memória sobre o valor da prática educativa entre os indígenas (*“...como perder uma biblioteca?”*), no seio de um modo de viver que muito valoriza aqueles que ensinam os mais jovens; também deixar ver relações de poder, sempre tensas (o mesmo se dá em várias outras materialidades), entre autoridades da gestão de saúde e os Munduruku (*“... se posicionou por meio de um manifesto público”*), haja vista que, como ensina Foucault, onde há poder, há resistência: a manifestação pública, os protestos são demonstrações dessa tensão. É a população Munduruku enquanto um “problema” de governança brasileira, conforme afirma – explicando sobre a biopolítica em Foucault – Passetti (2013, p. 4): “a população se transforma em problema de governo e não raramente suas manifestações são revestidas de revoltas contra a escassez, fazendo com que a multiplicidade de indivíduos no meio urbano seja articulada como população”.

Se não são comprados, é por uma decisão (uma demonstração da tecnologia do biopoder) e materializa uma tática biopolítica direcionada às vidas desses povos. Ou seja, ter ou não ter aparelhos para salvar essas vidas indígenas é, sim, uma escolha, uma decisão política. O mesmo se poderia dizer – ou suspeitar – no que concerne à publicação abordada, a seguir.

Sob o título “Por que indígenas acusam o governo de subnotificar a covid-19”¹⁸, Mariana Vick traz as seguintes informações: *Método de contagem criado pelo governo federal não inclui pessoas que vivem nas áreas urbanas. Povos tradicionais estão entre os mais afetados pela doença no país*. De outra parte, a jornalista e(a)nuncia que:

A Apib (Articulação de Povos Indígenas do Brasil), uma das maiores representantes dos povos tradicionais do país, afirma que o governo federal subnotifica os casos de indígenas com covid-19, a doença causada pelo novo coronavírus, e assim prejudica as políticas de saúde voltadas a essas populações (grifamos).

Dois dados nos chamam à atenção, sem considerar que outros também relevantes podem ser localizados: a metodologia que o governo criou de não incluir os indígenas que moram fora das aldeias (*“não inclui pessoas... nas áreas urbanas”*) e a constatação de que o governo faz subnotificação, entre indígenas, de casos da Covid-19. Desse modo, os indígenas que vivem longe

¹⁷ Texto: *“Estamos em luto, mas seguiremos na luta”*, afirma associação Munduruku após morte de lideranças por covid-19. 02 jun. 2020. Fonte: <https://cimi.org.br/2020/06/estamos-luto-seguiremos-luta-afirma-associacao-munduruku-morte-lideranca-covid19/> (Acesso em 10.06.2020); afirma associação Munduruku após morte de lideranças por covid-19. – POR: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CIMI

¹⁸ Fonte: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/09/Por-que-ind%C3%ADgenas-acusam-o-governo-de-subnotificar-a-covid-19>, publicado em 09.06.2020 (Acesso em 11.06.2020).

de suas aldeias (os “não aldeados”) ficam desassistidos de políticas específicas e diferenciadas aos mesmos povos; a medida se materializa, pensando com Foucault (2005), como uma tecnologia de poder sobre a vida dessas populações que permite “deixar” morrer, haja vista a medida deliberada de subnotificar e, conseqüentemente, assistir menos indivíduos do que os que precisam.

Através de um tom informativo, a posição que enuncia na reportagem destaca que a entidade indígena (Apib) se opõe aos “critérios usados pela Sesai para definir quais indígenas são atendidos no sistema de saúde diferenciada e quais são computados nas estatísticas da covid-19”; e o faz dando voz a uma liderança da entidade, aqui transcrita: “há um racismo estrutural”, “existe, sim, uma negação da presença indígena”¹⁹ (cf. Nexo Jornal, 2020, s/p), o que vem a corroborar as posições de Foucault e, cremos, de Mbembe, conforme destacamos acima.

À sua maneira, a publicação de Raquel (2021)²⁰ traz dados alarmantes sobre a morte de indígenas decorrentes da Covid-19: mais de mil, ao todo. A autora recorre a dados da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), entidade indígena, obviamente marcada pelo pertencimento aos povos indígenas. Para estes, tais dados, não raro, são tidos como mais confiáveis do que as divulgações que vem dos centros de governo central. Assim, informa a autora que “organizações independentes contabilizam 50.468 casos em 163 povos; Xavante, Kokama e Terena são as etnias mais atingidas”, o que perfaz quase 200 povos e mais de 50 mil vidas indígenas perdidas.

Para além da tática de subnotificar e de deixar não-aldeados à mercê da sorte, o quadro se torna mais alarmante quando se pensa que agentes do Estado-Nação podem estar (ou ter estado) infectando indígenas. Diz a matéria que:

O primeiro caso confirmado de contaminação por covid-19 entre indígenas brasileiros foi de uma jovem de 20 anos do povo Kokama (...), no município amazonense Santo Antônio do Itá. O contágio foi feito por um médico vindo de São Paulo a serviço da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que estava infectado com o vírus (grifamos).

Em tom discursivo de protesto, de denúncia, a posição de sujeito dá voz, via discurso indireto, a uma pesquisadora sanitária: “o Governo Federal *não tem se empenhado* em registrar os efeitos do coronavírus nesta população, avalia Ana Lucia Pontes, médica sanitária, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e coordenadora do GT de saúde indígena da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)”. Voz autorizada a falar, sustentada nos saberes (poderes, também) médicos e institucionais, “ela [médica] *explica que há uma lacuna* na base de dados Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), base de dados do subsistema de atenção à saúde indígena no Brasil, que faz parte do Sistema Único de Saúde (SUS)”.

Atentos a essa modalização da enunciação de perfil jornalístico e que se quer informativa, nos são apresentados sentidos de falta de empenho (dos centros de governo) e de explicação técnica, feitos pela voz (indireta) da pesquisadora. A fala da estudiosa bem exemplifica o que Foucault (2012) nos apresenta sobre a formação do objeto de discurso, sobre o qual nos debruçamos nas pesquisas: a medicina, lugar de saber de onde fala a pesquisadora, é uma instância de delimitação para essa enunciação, o que lhe imprime credenciais de autoridade, em razão de ser uma consagrada instituição humana.

Notamos que a matéria-denúncia apresenta uma fórmula de governança brasileira, ou uma tática de gestão da vida dos povos indígenas (agentes da saúde pública indo infectar indígenas, nos rincões da Amazônia brasileira), inexatidão de dados etc., que mais parece a

¹⁹ “Disse ao Nexo um dos coordenadores da entidade, Dinaman Tuxá”. A Sesai é a Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde do governo brasileiro.

²⁰ Martha Raquel. *Brasil ultrapassa a marca de mil indígenas mortos em decorrência da Covid-19*. Brasil de Fato, São Paulo, SP. 13/03/2021. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/13/brasil-ultrapassa-marca-de-mil-indigenas-mortos-em-decorrancia-da-covid-19#.YFn3RXxxVMk.whatsapp> (Acesso em 23.03.2021).

materialização do “direito de soberania e, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver” de que fala Foucault (2005, p. 287). Conforme as palavras do teórico, trata-se de um:

direito de soberania - fazer morrer ou deixar viver – [sendo dilatado] com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de "fazer" viver e de "deixar" morrer (FOUCAULT, 2005, p. 287).

Essa prerrogativa de gestão, haja vista que a eleição dá prerrogativas a quem passa a governar, é um direito, nesse caso, de horror, analogia mais que metafórica, segundo entendemos das palavras de Foucault (2009), que faz assimilação entre o terror e a governamentalidade “em seu estado nu”; uma garantia ao governante que, no caso das vidas indígenas amazônicas, passou a ser uma tática de guerra, uma necropolítica, praticada pelos sujeitos da governança nacional.

Enfim, podemos assegurar que o biopoder e a biopolítica são ferramentas muito produtivas para, nestes tempos pandêmicos, compreender as muitas nuances das tomadas de decisão do governo central brasileiro em termos de políticas ligadas à saúde das populações ditas indígenas, mas podemos até flexibilizar essa compreensão, avançando de uma leitura em termos de *bio*, rumando a um entendimento em termos de *necro* política e de controle da saúde e gestão das vidas no seio da população indígena; saindo da dimensão de pensar o viver, aportando aos espaços assustadores do morrer.

CONCLUSÃO

Parece que, em termos de táticas políticas de gerenciamento e cuidados com a vida (voltados às populações originárias/indígenas) em tempos de pandemia de Covid-19, por mais cruel que possa parecer, vale a máxima de Mbembe (2015, p. 137): “Matar incorre em mirar com alta precisão”. Nessa questão do direito à vida, do direito humano de receber os devidos cuidados médicos – e de acordo com as peculiaridades atinentes às populações originárias/indígenas – seguimos o pensamento de Pacheco (2007, p. 7-8), *apud* Abreu (2014, p. 5): “[...] é fundamental assumir que racismo e preconceito não se restringem a negros, afrodescendentes, pardos ou mulatos. Está presente na forma como tratamos nossos povos indígenas. Está presente na maneira como ‘descartamos’ populações tradicionais – ribeirinhos, quebradeiras de coco, geraiszeiros, marisqueiros, extrativistas, caiçaras”: no caso da posição de criticidade que achamos estar assumindo nestes escritos, podemos sugerir que tais táticas de governo, efetivadas via Sesai no contexto da pandemia de Covid-19, funcionam no bojo de uma política racista direcionada aos indígenas (o que pode não ser grande novidade, supomos), em termos de uma necropolítica voltada aos povos indígenas que vivem na Amazônia brasileira.

Quando nos perguntamos sobre o funcionamento do biopoder, da biopolítica nestes tempos de exceção e de caos (pandemia), e no que tange às táticas de governamentalidade, de suas políticas ligadas à saúde das populações indígenas, somos levados a aceitar que a governança prática, para além de dispositivos biopolíticos, regimes racista e de “fazer” morrer. A esses processos, enfim, se ligam táticas de necropolítica, devidamente apontadas neste texto, com base no exame de materialidades analisadas. Considerando que, neste trabalho, objetivamos analisar um conjunto de publicações (materialidades discursivas) que circularam nas mídias digitais, visando perscrutar o modo de funcionamento de estratégias políticas de governo da população que dão a conhecer as relações de poder-saber direcionadas aos povos indígenas da Amazônia brasileira no contexto da pandemia de Covid-19, destacamos que os enunciados examinados deram a ver o descaso governamental em direção dos indígenas amazônicos, enquanto estratégias de governamentalidade que estimulam um deixar morrer: uma demonstração de necropolítica. Dados numéricos foram expostos para mostrar o grande volume de mortos entre indígenas, possivelmente em decorrência de estratégias governamentais de deixar tais povos

à deriva em termos assistenciais de saúde (carências de leitos de UTI, por exemplo); demonstração de nomes de sujeitos mortos pela Covid-19: espécie de traslado virtual, resultante de descaso governamental; apresentação de dados governamentais oficiais duvidosos - entre outros resultados, nossas análises permitiram conhecer.

É uma questão de “racismo de Estado”, de assunção da vida pelo poder estatal, como aponta Foucault (2005). Mais do que uma tecnologia de poder (uma política) que se dirige ao homem-espécie, à população, estamos diante de táticas de fazer morrer especificamente tais populações, as quais podem estar (estão?) atravessadas por ódio e/ou cortes de raça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, I. de S. Biopolítica e racismo: uma análise da realidade ambiental brasileira., *Derecho y cambio social*, Lima, 2014. Disponível: <file:///C:/Users/W10/Downloads/Dialnet-BiopoliticaERacismoUmaAnaliseDaRealidadeAmbientaIb-5472805.pdf>. Acesso em: 02.07.2020.

ALVARENGA, R. e JÚNIOR, E. A. Da biopolítica à necropolítica contra os povos indígenas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 55, n. 2, mai/ago 2019 (p. 212-222). Disponível em http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2019.55.2.07/60747331. Acesso em 02.07.2020.

AMADO, G. *Covid já matou 218 indígenas na Amazônia, sendo 54 idosos*. Publicado em 09/06/2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/covid-ja-matou-218-indigenas-na-amazonia-sendo-54-idosos-24471008>. Acesso em 11.06.2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05/10/1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 03.07.2020.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário/Assessoria de Comunicação. “Estamos em luto, mas seguiremos na luta”, afirma associação Munduruku após morte de lideranças por covid-19. Publicado em 02/06/2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/06/estamos-luto-seguiremos-luta-afirma-associacao-munduruku-morte-lideranca-covid19>. Acesso em: 10.06.2020.

COURTINE, J. O chapéu de Clementis: observações sobre memória e o esquecimento da enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F. (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999, p. 15-22.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285-316.

FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos: curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980*. Tradução, transcrição e notas de Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. 8. ed. Tradução de Luiz Felipe Beata Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GORTÁZAR, N. G.; TORRADO, S.; FOWKS, J. Os indígenas da Amazônia lançam um SOS para pedir proteção ante a pandemia, *ElPaís*, 06/05/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-05-06/os-indigenas-da-amazonia-lancam-um-sos-para-pedir-protecao-ante-a-pandemia.html>. Acesso em 31.03.2021.

G1. Bem Estar. Brasil registra 2.215 mortes por Covid em 24 horas; média móvel volta a ficar acima de 1,9 mil após 18 dias. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/06/11/brasil-registra-2215-mortes-por-covid-em-24-horas-media-movel-volta-a-ficar-acima-de-19-mil-apos-18-dias.ghtml>. Acesso em 12.06.2021.

GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pécheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Clara Luz, 2006.

GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades, *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, vol. 4; n. 11, nov. 2007, p. 11-25.

LIY, M. V. OMS conclui que o coronavírus é de origem animal e indica que não surgiu no mercado de Wuhan. EL PAÍS. 09 de fev. de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-02-09/oms-conclui-que-o-virus-e-de-origem-animal-e-indica-que-nao-surgiu-no-mercado-de-wuhan.html>. Acesso em: 23.03.2021.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, dezembro 2016.

PACHECO, T. *Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor*. Jan. 2007. Disponível em: <http://www.rebrip.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/DesInjAmbRac.pdf>.>

PASSETTI, E. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 5, jan-abr/2013 (p. 2-37). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ecopolitica/article/viewFile/15120/11292>. Acesso em: 03.03.2021.

PERES, A. O.; MOURA, F. M. de; AGUIAR, D. M. de. Saúde indígena e dificuldades no acesso ao sistema público de saúde no Amazonas, *BIUS*, Manaus, v. 19, n. 13, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/7641>. Acesso em 1.03.2021.

SANTANA, R. *Aumenta o número de casos de covid-19 entre povos indígenas na Amazônia, aponta Coiab; em Manaus, mortes são diárias. Assessoria de Comunicação do CIMI*. Publicado em 29/04/2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/04/aumenta-o-numero-de-casos-de-covid-19-entre-povos-indigenas-na-amazonia-aponta-coiab-em-manaus-mortes-sao-diarias>. Acesso em 10.06.2020.

SANTOS, L. *Médica indígena teme 'extermínio' em aldeias por conta do coronavírus*. G1 Santos, 09/06/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos->

regiao/noticia/2020/06/09/medica-indigena-teme-exterminio-em-aldeias-por-conta-do-coronavirus.ghtml Acesso em: 10.06.2020.

SILVA, F. V. da. *Muito além do peso: modulações biopolíticas em discursos sobre a obesidade infantil*. Rev. **Calidoscópico**, v. 16, n. 2, mai/ago 2018 (p. 237-248). Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2018.162.06>. Acesso em 19.03.2021.

Submetido em 14/03/2021

Aceito em 05/06/2021